
Entrevista realizada por Gunter Axt, em 5 de julho de 2015, em Fortaleza/CE, na residência da depoente.

MARIA MARLI CRESCÊNCIO PEREIRA



Maria Marli Crescêncio Pereira nasceu em 4 de abril de 1936, em Acaraú, no Ceará. É filha de Antônio Raimundo Pereira e Joaquina Rodrigues dos Santos. Casou-se, em 1980, com o advogado Luiz Crescêncio Pereira, falecido em 1985. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, em 1963. Em julho de 1964, foi nomeada adjunta de promotor de Justiça da comarca de Boa Viagem, cargo do qual foi exonerada, a pedido, em abril do ano seguinte. Advogou no Rio de Janeiro. Ingressou no Ministério Público Militar como substituta de procurador de segunda categoria da Justiça Militar, designada em 30 de maio de 1972. Atuou, primeiramente, junto à Procuradoria da 1ª Auditoria, e, posteriormente, da 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio de Janeiro. Em 20 de junho de 1980, foi removida, a pedido, para a 10ª CJM, em Fortaleza. Em 1995, foi promovida ao cargo de procuradora da Justiça Militar. Em 30 de março de 1999, aposentou-se.

Memória MPM – *De onde a senhora é natural?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Nasci em Acaraú, no Ceará, em 4 de abril de 1936. É uma praia. Uma cidade pequena, cuja economia era basicamente voltada para a pesca.

Memória MPM – *O que faziam os seus pais?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Eram aposentados. Tinham um pequeno comércio, uma mercearia.

Memória MPM – *A senhora fez os estudos em Acaraú?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Me formei [em 1951 na Escola Rural Normal Virgem Poderosa]. Depois, continuei meus estudos na [Escola Estadual do Ceará], em Fortaleza. Meus pais se mudaram para a Capital e os acompanhei. Prestei vestibular para Direito e me formei na Universidade Federal do Ceará em 1963.

Memória MPM – *Por que a senhora escolheu o Direito?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Era o que vários colegas estavam escolhendo. Não havia muitas opções de estudo superior na época. Medicina eu não queria, porque não gosto de injeções [risos]. Então, “fui na onda”. Foi depois que passei a gostar.

Memória MPM – *E havia outras moças na Faculdade de Direito?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Já havia outras, sim. Tornaram-se advogadas atuantes, desembargadoras até. Eu só cheguei a ser promotora: não quis ir além, nem ficar mais.

Memória MPM – *A senhora se recorda dos professores?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Não muito dos seus nomes, infelizmente. Estou meio esquecida já. Mas havia bons professores. Gostei muito de minha época de estudante.

Memória MPM – *E depois de formada, a senhora advogou?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Fui nomeada promotora de Justiça da comarca de Boa Viagem [em 7 de julho de 1964]. Mas pedi exoneração no ano seguinte.

Memória MPM – *Por quê?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Passei a ter outros interesses. Quis ir para o Rio de Janeiro.

Memória MPM – *Como a senhora chegou ao Ministério Público Militar?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Foi por meio de uma indicação, do Dr. José Manes Leitão. Foi assim: abriu um concurso para promotor de Justiça em Niterói. Resolvi me inscrever, pois um emprego público me daria mais garantias. Eu estava trabalhando num escritório de advocacia. Descobri o edital apenas numa quarta-feira e as inscrições se encerravam na sexta-feira. Me apressei para conseguir a documentação.

Na Auditoria da Aeronáutica, precisava retirar um atestado. O rapaz que atendia lá me disse para voltar noutro dia, porque naquele momento estava com muito trabalho e seria impossível eu retirar o atestado. Me conformei e fui saindo do prédio aos prantos. Estava chorando, sozinha, porque era evidente que perderia aquela oportunidade. No elevador, chegou um senhor e

perguntou: “Por que a moça está chorando?”. Não sabia quem era, mas contei a história, admitindo, inclusive, que tinha sido um desleixo meu, porque deixara tudo para a última hora – é que eu realmente só ficara sabendo do edital na última hora. Então ele me perguntou: “Mas o rapaz não lhe deu a certidão?”. “Não, infelizmente, e hoje é o último dia.”. “Vamos voltar lá, me mostre quem foi!”. “Não, pelo amor de Deus, não quero ninguém com raiva de mim!...”. Esse senhor era o procurador José Manes Leitão.

Afinal, voltamos lá, ele tirou satisfação do rapaz e pediu a certidão para já. Sentei em uma cadeira e fiquei esperando. Num instante estava com a certidão. Agradei e saí correndo, me desculpando pela pressa, porque o prazo estava se esgotando. O procurador pediu-me para dar notícias, depois, do resultado.

Com isso tudo, acabei perdendo a barca. Peguei a próxima, atravessei a baía, mas quando cheguei ao local, as inscrições tinham acabado de encerrar. Telefonei, depois, para o Dr. Manes Leitão para contar: “Olhe, não deu certo. Quando cheguei, a última pessoa já havia sido atendida.”. Ele disse para eu ligar novamente para ele na quarta-feira. Quando liguei, me pediu para ir à Auditoria. Fui lá e ele me contou que cada procurador poderia apresentar um candidato para substituto e que se eu quisesse, me indicaria. Achei que seria uma boa. Veja só, ele nem me conhecia... Foi uma pessoa mandada por Deus! Fiquei tão contente! Uma colega chegou a comentar que ele poderia estar com segundas intenções. Não era nada disso: sempre foi muito respeitador, muito distinto. Enfim, protocolei a papelada e esperei.

Naquele tempo, não estavam fazendo concurso porque tinham medo de infiltração comunista. Fizeram um rastreamento tremendo na minha

vida. Levantaram a minha trajetória desde o primário. Queriam saber se eu participara do movimento estudantil, mas nunca tive nenhuma relação.

Passou quase um ano. Um dia, eu estava no carro – porque pegava carona de vez em quando com um colega advogado que morava na mesma rua que eu – e ele ouviu meu nome no rádio, na *Voz do Brasil!* Estávamos conversando e ele apenas ouviu meu nome: Maria Marli Pereira – esse era meu nome, pois ainda não era casada. Eu disse: “Como?”. Ficamos atônitos, porque não sabíamos qual era o motivo. Mas como uma informação saíra com um erro, no mesmo bloco, repetiram todo o bloco de notícias. Veja só! Aí conseguimos entender o que haviam dito sobre mim. Era minha nomeação!

No dia seguinte fui à Auditoria falar com o Dr. Manes, que me disse para esperar o Diário Oficial. A nomeação foi publicada em seguida. Eu tinha um mês para assumir. Ele disse para assumir logo, para não perder o salário. Foi o que fiz. E lá fiquei.

Memória MPM – *A senhora, então, atuou no Rio de Janeiro?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Sim. De vez em quando, contudo, ia para algum outro Estado, em substituição, apenas. Mas era raro.

Memória MPM – *Mas a senhora não atuou em Fortaleza?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Sim, mais tarde. Minha mãe já estava com uma certa idade. Assim, propus a um colega fazer uma permuta. Ele aceitou.

Memória MPM – *E o período em que a senhora trabalhou no Rio de Janeiro, como foi?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Quando aceitei o convite e a indicação do Dr. Manes não imaginava tudo o que estava acontecendo. A gente sabia algo pelas notícias, mas na Auditoria havia um volume grande de processos relacionados à Lei de Segurança Nacional. Fiquei impressionada com os assaltos a banco, como os sequestros...

Houve alguns casos violentos. Lembro que um soldado da PM morreu num assalto a banco [em 1975]. No ano seguinte, um agente de segurança de uma agência no Meier também morreu num assalto. Acho que julgamos tantos casos de assalto a banco que esse tipo de crime foi erradicado, pelo menos por um tempo. Foi uma época muito complicada.

Também havia, eventualmente, estudantes que, em função daquela euforia da juventude, deixavam-se envolver com certas coisas... Havia, ainda, alguns crimes envolvendo militares. Poucos.

Eu procurava desempenhar o meu papel da melhor forma possível. Normalmente denunciava, mas pedi vários arquivamentos. Quando achava que as provas eram inconsistentes, pedia arquivamento...

Memória MPM – *Quando a senhora pedia arquivamento, alguém reclamava?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Não, sempre respeitaram minha posição, tanto os colegas, quanto os juízes e os militares.

Memória MPM – *E as suas denúncias?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Eu tinha muito cuidado com a formulação das denúncias. Procurava reunir todas as provas necessárias para as

sustentar. Houve um processo [em 1975] em que denunciei [quinze] pessoas envolvidas em atividades subversivas relacionadas ao Partido Comunista no qual o juiz entendeu que não havia provas suficientes para sustentar a denúncia contra dois dos réus. Mas era muito raro de isso acontecer. Depois de julgado, em caso de condenação, normalmente, os advogados apelavam. Às vezes o Tribunal modificava as sentenças, mas geralmente confirmava o que se havia decidido nas Auditorias.

Memória MPM – *A senhora se lembra dos casos em que atuou?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Já faz tanto tempo... Praticamente já não recorro mais, não.

Memória MPM – *O deputado Marco Antônio Tavares Coelho passou pela senhora?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Sim! Um deputado federal, pela Guanabara, ligado ao Partido Comunista, que havia sido cassado... Tinha sido dado como foragido, mas foi preso em São Paulo. Requisitei que fosse ouvido em nossa Auditoria. Mas creio que foi julgado em São Paulo.

Memória MPM – *Havia casos que repercutiam na imprensa?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Sim, alguns eram bem rumorosos. Em especial, esses assaltos a banco, ou os processos envolvendo os militantes do Partido Comunista, como no caso desse parlamentar. A Auditoria estava sempre cheia de jornalistas. Acompanhavam tudo. Mas eram muito respeitadores, nunca atrapalharam nosso trabalho, tampouco nos pressionavam para obter informações. De vez em quando me perguntavam o que eu achava, sobre minha estimativa de resultado da sessão... Eram educados, não perturbavam.

Memória MPM – *A senhora se lembra dos advogados, dos promotores e dos juízes que atuavam na Auditoria?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Lembro-me de alguns. Já estou meio esquecida... Eram advogados famosos, a gente ficava impressionada! Recordo-me do Heleno Fragoso... do Evaristo de Moraes... O Heleno me parecia muito tímido. Era engraçado, porque era um homem tão famoso... Havia também bons advogados de ofício. Aprendi muito com aqueles advogados.

Dos colegas, lembro-me da Dra. Marly Gueiros, respeitada e famosa. O Jorge Luiz Dodaro, muito querido, quero bem ele. O procurador-geral era o Dr. Ruy de Lima Pessôa... Acho que depois dele veio o Dr. Milton Menezes [da Costa Filho].

Memória MPM – *Alguma vez a senhora recorreu?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Aconteceu, mas poucas vezes. Com aqueles advogados famosos e tão importantes a gente precisava ter cuidado e respeito. Então, eu pensava bem antes de recorrer.

Memória MPM – *Aconteceu de denunciados serem absolvidos?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Sim, acho que algumas vezes, embora eu, logicamente, procurasse sustentar a acusação com firmeza. Mas isso faz parte do trabalho, nem sempre o promotor vence. Lembro-me de um grupo de assaltantes a banco que foi absolvido: esses, que se envolveram no assalto a uma agência no Meier. O advogado encontrou atenuantes que não estavam no inquérito e logrou o convencimento do Conselho.

Memória MPM – *Como era a rotina de trabalho? Tinha muito trabalho?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Variava. Tinha épocas em que ficávamos sobrecarregados, sobretudo quando eram processos volumosos, com muitos réus. Em outras épocas, era tranquilo, com menos serviço. Creio que no final dos anos 1970 diminuiu o volume de serviço.

Memória MPM – *Chegavam até a senhora denúncias de maus-tratos aos presos?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Não. Eu me detinha aos autos, ao inquérito, onde nada constava a esse respeito. Os advogados, eventualmente, mencionavam essas questões, mas a gente achava que era parte da estratégia de defesa.

Memória MPM – *Alguma vez a senhora se sentiu ameaçada, ou constrangida?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Não, jamais. Nunca sofri ameaças. Também não sofri pressões.

Memória MPM – *E como era ser uma mulher, promotora, na Justiça Militar?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Embora o Direito e as Forças Armadas fossem, naquele tempo, carreiras eminentemente masculinas, sempre fui tratada com muita distinção e respeito. Não me lembro de ter sofrido alguma forma de preconceito.

Memória MPM – *E como foi em Fortaleza?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – Ainda havia alguns crimes de Segurança Nacional, mas poucos. Aí os tempos já eram outros e os crimes, mais propriamente militares. Não havia mais interesse da imprensa. Em Fortaleza, casei-me [em 22 de setembro de 1980]. Voltei por causa da minha mãezinha e também para me casar. Meu esposo era um advogado militante, conhecido: Luiz Crescêncio Pereira. Ele faleceu [em 1985]. Eu continuei trabalhando. Fui promovida a procuradora [em 1995]. Aposentei-me [em 1999] quando achei que já tinha tempo de serviço suficiente e porque queria fazer outras coisas.

Memória MPM – *A senhora gostaria de deixar mais alguma coisa registrada?*

Maria Marli Crescêncio Pereira – No momento, não me ocorre mais nenhum fato. Penso que minha contribuição para a instituição foi singela. Acho que foi um período muito rico em minha vida e faria tudo de novo se fosse preciso! E gostei muito da sua visita e da sua presença aqui nesta tarde.

Memória MPM – *Muito obrigado.*